

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
SECIONAL DE SÃO PAULO

AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS DE 2023

ABRIL DE 2024

*We do better, come together*

8ª maior firma de auditoria no ranking global

## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECIONAL DE SÃO PAULO

### Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023

#### CONTEÚDO

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Anexo I – Balanço patrimonial

Anexo II – Demonstração do resultado

Anexo III – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Anexo IV – Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

#### Sumário das notas explicativas

1.	Contexto operacional	12
2.	Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis	12
3.	Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas	13
4.	Principais práticas contábeis	14
5.	Caixa e equivalentes de caixa	19
6.	Valores em cobrança	20
7.	Direito de uso de arrendamento	21
8.	Imobilizado	22
9.	Intangível	24
10.	Empréstimos e financiamentos	25
11.	Contribuições estatutárias	26
12.	Retenções contratuais	28
13.	Receitas – assistência financeira	29
14.	Provisão para riscos processuais	30
15.	Patrimônio líquido	30
16.	Receitas ordinárias	31
17.	Custo das receitas ordinárias	32
18.	Receitas extraordinárias	32
19.	Custo das receitas extraordinárias	33
20.	Despesas com pessoal	33
21.	Despesas administrativas e gerais	34
22.	Superávit do exercício	34
23.	Gerenciamento de riscos	34
24.	A Diretoria	35
25.	Trabalho voluntário	36
26.	Cobertura de seguros	36

#### São Paulo / SP

Alameda Santos, 1940 - 1º andar  
CEP 01418-200  
Tel. (11) 3883-1600

#### São Paulo / SP

Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar  
CEP 01156-040  
Tel. (11) 2231-1227

#### Ribeirão Preto/ SP

Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870  
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)  
CEP 14027-250  
Tel. (16) 3911-6149

#### Rio de Janeiro / RJ

Rua São José, 20 - 8º andar  
CEP 20010-020  
Tel. (21) 3173-9932

#### Manaus / AM

Rua Acre, 26 - 1º andar  
CEP 69053-130  
Tel. (92) 4102-0164

#### Vitória / ES

Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451  
19º andar - Sala 1901  
CEP 29050-335  
Tel. (27) 3207-3370

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Diretores e Administradores da  
**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECIONAL DE SÃO PAULO**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECIONAL DE SÃO PAULO (“OAB”/“ENTIDADE”)** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECIONAL DE SÃO PAULO** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas da Interpretação Técnica – ITG 2002, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído por meio da lei 8.906, de 4 de julho de 1994, bem como o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, conforme os princípios éticos relevantes, previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**São Paulo / SP**  
Alameda Santos, 1940 - 1º andar  
CEP 01418-200  
Tel. (11) 3883-1600

**São Paulo / SP**  
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar  
CEP 01156-040  
Tel. (11) 2231-1227

**Ribeirão Preto/ SP**  
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870  
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)  
CEP 14027-250  
Tel. (16) 3911-6149

**Rio de Janeiro / RJ**  
Rua São José, 20 - 8º andar  
CEP 20010-020  
Tel. (21) 3173-9932

**Manaus / AM**  
Rua Acre, 26 - 1º andar  
CEP 69053-130  
Tel. (92) 4102-0164

**Vitória / ES**  
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451  
19º andar - Sala 1901  
CEP 29050-335  
Tel. (27) 3207-3370

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados à sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade, cessar suas operações ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das atividades.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório

**São Paulo / SP**  
Alameda Santos, 1940 - 1º andar  
CEP 01418-200  
Tel. (11) 3883-1600

**São Paulo / SP**  
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar  
CEP 01156-040  
Tel. (11) 2231-1227

**Ribeirão Preto / SP**  
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870  
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)  
CEP 14027-250  
Tel. (16) 3911-6149

**Rio de Janeiro / RJ**  
Rua São José, 20 - 8º andar  
CEP 20010-020  
Tel. (21) 3173-9932

**Manaus / AM**  
Rua Acre, 26 - 1º andar  
CEP 69053-130  
Tel. (92) 4102-0164

**Vitória / ES**  
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451  
19º andar - Sala 1901  
CEP 29050-335  
Tel. (27) 3207-3370

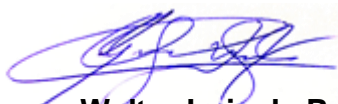
de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2024.

**PP&C Auditores Independentes**  
CRC2SP16.839/O-0



**Giácómo Walter Luiz de Paula**  
CRC1SP243.045/O-0  
Contador



**Andressa Mayara Domingos Macedo**  
CRC1SP294.876/O-2  
Contadora

**São Paulo / SP**  
Alameda Santos, 1940 - 1º andar  
CEP 01418-200  
Tel. (11) 3883-1600

**São Paulo / SP**  
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar  
CEP 01156-040  
Tel. (11) 2231-1227

**Ribeirão Preto/ SP**  
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870  
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)  
CEP 14027-250  
Tel. (16) 3911-6149

**Rio de Janeiro / RJ**  
Rua São José, 20 - 8º andar  
CEP 20010-020  
Tel. (21) 3173-9932

**Manaus / AM**  
Rua Acre, 26 - 1º andar  
CEP 69053-130  
Tel. (92) 4102-0164

**Vitória / ES**  
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451  
19º andar - Sala 1901  
CEP 29050-335  
Tel. (27) 3207-3370



**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

**ANEXO I**

**Balço patrimonial em 31 de dezembro**

Em reais

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>5</b>	173.836.245	182.272.848
Valores em cobrança	<b>6</b>	119.649.633	111.143.239
Contribuições estatutárias antecipadas		3.336.100	4.042.793
Adiantamentos diversos		5.771.671	4.113.547
Outros ativos		785.790	784.289
		<b>303.379.439</b>	<b>302.356.716</b>
<b>Não Circulante</b>			
Depósitos judiciais		256.491	334.898
Aplicações financeiras	<b>5</b>	-	1.685.185
Investimentos		71.741	71.741
Direito de uso de arrendamento	<b>7</b>	12.852.048	22.215.531
Imobilizado	<b>8</b>	169.214.944	160.528.276
Intangível	<b>9</b>	1.595.754	2.477.392
		<b>183.991.498</b>	<b>187.313.023</b>
		<b>487.370.937</b>	<b>489.669.739</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**SÃO PAULO**  
**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
Seção de São Paulo

**ANEXO I**

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Circulante</b>			
Empréstimos	<b>10</b>	-	1.685.185
Contribuições estatutárias:			
Conselho Federal	<b>11.1</b>	13.693.382	11.018.349
CAASP	<b>11.2</b>	30.136.764	20.597.569
Fundo Cultural	<b>11.3</b>	3.424.468	3.040.264
FIDA	<b>11.4</b>	2.738.667	2.203.670
Contas a pagar		12.173.243	6.947.392
Arrendamento/Locação	<b>7</b>	12.852.048	11.107.765
Provisão para férias e encargos sociais		5.331.248	4.937.877
Retenções contratuais	<b>12</b>	2.400.000	4.163.161
Receitas antecipadas	<b>6.1</b>	10.425.312	12.633.727
Receitas - assistência financeira	<b>13</b>	2.019.838	2.019.838
Obrigações sociais e fiscais a recolher		10.121.742	7.334.845
		<b>105.316.712</b>	<b>87.689.642</b>
<b>Não circulante</b>			
Provisão para riscos processuais	<b>14</b>	6.355.953	8.847.645
Retenções contratuais	<b>12</b>	30.147.936	36.962.904
Arrendamento/Locação	<b>7</b>	3.127.379	12.411.138
Receitas - assistência financeira	<b>13</b>	37.831.748	39.851.586
		<b>77.463.016</b>	<b>98.073.273</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>15</b>		
Patrimônio social		227.067.026	190.310.296
Ajustes de avaliações patrimoniais		27.907.494	28.327.405
Superávits acumulados		49.616.689	85.269.123
		<b>304.591.209</b>	<b>303.906.824</b>
		<b>487.370.937</b>	<b>489.669.739</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**SÃO PAULO**  
**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
Seção de São Paulo

**ANEXO II**

**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Receitas</b>			
<b>Ordinárias</b>			
Anuidades pessoas físicas		329.970.755	324.824.259
Contribuições de pessoas jurídicas		467.946	956.493
Taxas e emolumentos		15.115.912	16.842.584
Inscrições		13.582.769	14.029.560
Multas e atualizações monetárias de anuidades		2.482.480	3.602.300
Trabalho Voluntário	<b>25</b>	<u>190.564.282</u>	<u>189.611.204</u>
	<b>16</b>	<b>552.184.144</b>	<b>549.866.400</b>
(-) Custo das receitas ordinárias	<b>17 e 25</b>	<u>(200.059.990)</u>	<u>(197.937.550)</u>
<b>Receita ordinária líquida</b>		<b>352.124.154</b>	<b>351.928.850</b>
<b>Extraordinárias</b>			
Serviços		81.661.960	72.360.015
Concursos		9.882.466	8.881.434
Financeiras		29.737.700	30.994.528
Diversas		<u>12.753.374</u>	<u>13.127.790</u>
	<b>18</b>	<b>134.035.500</b>	<b>125.363.767</b>
(-) Custo das receitas extraordinárias	<b>19</b>	<u>(81.481.424)</u>	<u>(71.267.271)</u>
<b>Receita extraordinária líquida</b>		<b>52.554.076</b>	<b>54.096.496</b>
<b>Deduções das receitas</b>			
Contribuições estatutárias		(112.452.310)	(112.490.388)
Provisão para perdas		<u>(12.610.665)</u>	<u>(14.808.239)</u>
		<b>(125.062.975)</b>	<b>(127.298.627)</b>
<b>Receitas líquidas</b>		<u><b>279.615.255</b></u>	<u><b>278.726.719</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





**SÃO PAULO**  
**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
Seção de São Paulo

**ANEXO II**

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Despesas</b>			
<b>Despesas ordinárias</b>			
Com pessoal	20	(155.640.139)	(144.035.106)
Administrativas e gerais	21	(125.439.943)	(96.801.988)
Outras despesas		<u>(15.609.358)</u>	<u>(5.955.624)</u>
		<b>(296.689.440)</b>	<b>(246.792.718)</b>
<b>( - ) Apropriações ao Fundo Cultural</b>		<b>9.254.565</b>	<b>9.917.440</b>
Escola Superior de Advocacia		9.254.565	9.917.440
<b>( - ) Apropriações para custos</b>			
Notas de débito - CAASP		7.972.579	7.169.242
Taxas e emolumentos - Cadastro e Sociedades		3.508.615	3.437.366
Copiadoras - locação de máquinas e materiais		1.880.278	1.801.761
Cobrança de anuidades pessoas físicas		2.626.742	1.127.932
Jornal da Advocacia e Exame de Ordem		<u>548.204</u>	<u>598.575</u>
		<b>16.536.418</b>	<b>14.134.876</b>
<b>Despesas extraordinárias</b>			
Financeiras		(3.572.168)	(7.410.830)
Outras		<u>(4.460.246)</u>	<u>(937.655)</u>
		<b>(8.032.414)</b>	<b>(8.348.485)</b>
<b>Superávit do exercício</b>		<u><b>684.385</b></u>	<u><b>47.637.832</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

**ANEXO III**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
Em reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Superávits acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>165.894.415</b>	<b>29.201.966</b>	<b>61.172.611</b>	<b>256.268.992</b>
Transferência dos superávits do exercício (Nota 2)	24.415.881		(24.415.881)	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 15)		(874.561)	874.561	-
Superávit do exercício			47.637.832	47.637.832
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>190.310.296</b>	<b>28.327.405</b>	<b>85.269.123</b>	<b>303.906.824</b>
Transferência dos superávits do exercício (Nota 2)	36.756.730		(36.756.730)	-
Realização da reserva de reavaliação (Nota 15)		(419.911)	419.911	-
Superávit do exercício			684.385	684.385
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>227.067.026</b>	<b>27.907.494</b>	<b>49.616.689</b>	<b>304.591.209</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**SÃO PAULO**  
**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
Seção de São Paulo

**ANEXO IV**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit do exercício	<b>684.385</b>	<b>47.637.832</b>
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação e amortização	26.279.131	22.451.712
Alienação de ativos	<b>8</b> (10.728)	1.701.326
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	<b>6</b> 9.958.724	2.075.640
Atualização monetária - retenções contratuais	<b>12</b> -	2.986.805
Juros sobre empréstimos e financiamentos	<b>10.1</b> 118.663	780.518
Juros sobre arrendamentos	<b>7</b> 2.895.520	3.505.345
Provisão para riscos processuais	<b>14.1</b> (2.491.692)	(330.758)
	<b>37.434.003</b>	<b>80.808.420</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais:</b>		
Cobrança	2.410.652	(4.244.422)
Anuidades a receber	(20.875.770)	7.190.882
Contribuição estatutária	706.693	(2.139.750)
Adiantamentos diversos	(1.658.124)	(3.322.264)
Outros ativos	76.387	(518.090)
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>		
Contas a pagar	5.225.851	874.550
Contribuição estatutária	13.133.430	(4.484.692)
Receita diferida	(2.019.838)	(2.019.838)
Provisão para contingências	-	-
Receitas antecipadas	(2.208.415)	6.686.719
Provisão de folha	393.371	(3.656.779)
Obrigações fiscais	2.786.896	(908.674)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>35.405.137</b>	<b>74.266.062</b>
<b>Fluxo de caixa de investimentos</b>		
Investimentos e imobilizado	<b>8</b> (19.477.102)	(12.714.850)
Intangível	-	(540.395)
Aplicação financeira	1.685.185	2.037.037
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(17.791.917)</b>	<b>(11.218.208)</b>
<b>Fluxo de caixa de financiamentos</b>		
Empréstimos e financiamentos	<b>10.1</b> (1.685.185)	(2.583.396)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	<b>10.1</b> (118.663)	(767.107)
Direito de uso de arrendamento	<b>7</b> (12.852.048)	(11.107.765)
Juros pagos sobre arrendamentos	<b>7</b> (2.815.798)	(2.201.973)
Retenções contratuais - Confissão Dívida CAASP	<b>12</b> (8.578.129)	(2.859.689)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(26.049.823)</b>	<b>(19.519.931)</b>
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8.436.603)</b>	<b>43.527.924</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	182.272.848	138.744.924
No fim do exercício	173.836.245	182.272.848
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8.436.603)</b>	<b>43.527.924</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**SÃO PAULO**

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
Seção de São Paulo

---

## **Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

### **1. Contexto operacional**

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), constituída por meio do artigo 17 do decreto 19.408, de 18 de novembro de 1930, possui personalidade jurídica e forma federativa. Tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica do estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas, além de promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

Criada em 22 de janeiro de 1932, a Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB SP) é a maior do País, com um contingente que ultrapassa 370 mil advogadas e advogados, além de 42 mil sociedades inscritas. A Entidade mantém mais de 95 comissões atuantes, entre permanentes e especiais, que desenvolvem importante trabalho de estudo e aperfeiçoamento da legislação, além de zelar pelo bom desempenho da profissão, contando com mais de 930 pontos de atendimento espalhados por todo o estado de São Paulo, incluindo as 251 Subseções.

### **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Entidade, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Interpretação Técnica – ITG 2002, aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído por meio da lei 8.906, de 4 de julho de 1994, o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB e os Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, quando aplicável. Para a Entidade, não há diferenças entre o resultado abrangente do exercício e o resultado do exercício, dessa forma, a Entidade apresenta apenas a demonstração do resultado.



**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

---

## **Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

A administração declara que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis, estão evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

Em 25 de abril de 2024, a administração da Entidade aprovou a emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de determinados instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, quando aplicável, os quais são mensurados por seus valores justos.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Entidade atua (“moeda funcional”), sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações contábeis, ela é convertida para o real (R\$) na data do fechamento.

## **3. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas**

Na aplicação das políticas contábeis, a Entidade faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, significativamente, dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas.

### **a) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais**

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.



**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

---

## **Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

### **b) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa**

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas, quando aplicável, para levar os valores em cobrança a seu valor de recuperação, com base em um modelo de perda de crédito esperada. A Entidade estimou a perda de crédito esperada para valores em cobrança, definindo premissas com base em históricos de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

### **c) Redução ao valor recuperável de ativos**

No fim de cada exercício, a Entidade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

## **4. Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados:

### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa são avaliados pelo custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são factíveis às de mercado, estando ao seu valor justo e de realização.

As aplicações financeiras são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço (imune da retenção do imposto de renda) ou do valor da cota de fundo de investimento.

### **b) Valores em cobrança**

Correspondem aos valores a receber de associados no decurso normal das atividades da Entidade. Os valores a receber são reconhecidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos, acrescidos de correções e atualizações monetárias desses créditos, deduzidos de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") para cobrir eventuais perdas esperadas na realização desses créditos.



---

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

A administração efetuou a mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo premissas com base em informações históricas de pagamentos dos devedores e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

O cálculo do valor presente não resultou em valores relevantes, razão pela qual estes não foram contabilizados.

**c) Imobilizado**

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações acumuladas e da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessário.

A depreciação é substancialmente reconhecida no resultado, pelo método linear, com base nas taxas fiscais de depreciação, que se aproximam da vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente depreciado.

**d) Intangível**

Os ativos intangíveis compreendem, prioritariamente, direito de uso de softwares e são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, calculadas com base nas taxas anuais.

**e) Demais ativos circulantes e não circulantes**

Os ativos circulantes e não circulantes estão registrados pelos seus valores de aquisição, ajustados aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

**f) Empréstimos**

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidas dos respectivos encargos incorridos até a data de encerramento do exercício.

**g) Receitas de assistência financeira**

Estas receitas correspondem aos valores recebidos por meio de assistência financeira do Conselho Federal, para a aquisição da nova sede do Conselho Seccional e novas sedes de Subseções, sendo assim reconhecidas no resultado



**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

---

## **Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

quando os critérios de exigência de reconhecimento das receitas forem atendidos, no caso, concomitantemente à efetivação da depreciação dos imóveis.

### **h) Contribuições estatutárias**

As contribuições estatutárias são devidas ao Conselho Federal, à Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, ao Fundo Cultural e ao Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (FIDA), constituídas de acordo com os artigos 56 e 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e suas atualizações, sobre as receitas brutas mensais de anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias, juros e multas, considerando, inclusive, as correspondentes provisões para perdas, nos termos da lei 8.906/94, nos seguintes percentuais:

- 10% para o Conselho Federal;
- 20% para a Caixa de Assistência dos Advogados;
- 3% para o Fundo Cultural; e
- 2% para o FIDA.

Os passivos correspondentes são provisionados com base nas anuidades lançadas e não recebidas, líquidas das provisões para perdas constituídas.

### **i) Retenção contratual**

A retenção contratual corresponde aos valores objeto de instrumento de confissão de dívida pactuado junto à Caixa de Assistência dos Advogados, considerando repasses estatutários não efetivados nos anos de 2002 a 2003, corrigidos monetariamente.

### **j) Provisão para férias e encargos sociais**

A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até o final do exercício (engloba as férias vencidas e proporcionais) e inclui os encargos sociais incidentes.

### **k) Passivos circulantes e não circulantes**

Os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelos seus valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos encargos e atualizações monetárias incorridos até a data do balanço.





**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

---

## **Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

As receitas antecipadas referem-se às anuidades do exercício de 2024, recebidas em 2023, as quais foram apropriadas ao resultado do exercício social subsequente.

### **l) Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Entidade se torna parte de suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, em que tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

#### Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e valores a receber, classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. Quando aplicável, juros, atualização monetária e variação cambial, menos perdas do valor recuperável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### Passivos financeiros não derivativos

A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros não derivativos são inicialmente mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

Os principais passivos financeiros não derivativos reconhecidos pela Entidade são: empréstimos e financiamentos, contas a pagar, taxas, impostos, contribuições e obrigações sociais, retenções contratuais, receitas antecipadas e assistência financeira. Esses passivos financeiros geralmente não são negociados antes do vencimento.



**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

---

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

**m) Apuração do resultado do exercício**

As receitas e despesas são apropriadas segundo a sua natureza, com observância ao regime de competência.

**n) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro não são devidos, em virtude de a OAB SP gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, parágrafo 2, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 5º do artigo 45 da Lei Federal 8.906/94, de 4 de julho de 1994.

**o) Ajuste de avaliação patrimonial**

Constituído com base nos laudos de avaliação dos imóveis preparados por empresas especializadas, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

**p) Arrendamento**

A Entidade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado pela taxa dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis e arrendamentos que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa nominal única, baseada na taxa determinada no contrato (IPC-FIPE e IGPM-FGV).

A Entidade remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros do arrendamento, resultante de modificação em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

A Entidade aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação (o prazo por ela estimado foi de 3 anos). A assertividade da avaliação de se a Entidade pode exercer essas opções tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo de arrendamento e do ativo de direito de



## **Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas em diversos contratos de arrendamento da Entidade.

### **q) Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possuir uma obrigação real, legal ou constituída, como resultado de um evento passado, e for provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido, preparadas pela administração da Entidade e pelos seus consultores jurídicos, quando necessário.

### **r) Trabalho voluntário**

Conforme estabelecido na Interpretação Técnica ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucro, a partir do exercício de 2013 passou a valorizar os trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensurados ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas e os custos com trabalhos voluntários estão sendo apresentados conforme nota explicativa nº 25.

## **5. Caixa e equivalentes de caixa**

<b>Descrição</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Caixa	189.904	157.555
Bancos	3.091.009	4.748.928
Aplicações financeiras	170.555.332	179.051.550
	<b>173.836.245</b>	<b>183.958.033</b>
Ativo circulante	173.836.245	182.272.848
Ativo não circulante	-	1.685.185

As aplicações financeiras são compostas por fundo de investimento, aplicações em CDBs e poupança, e são representadas por valores de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, remuneradas às taxas médias de mercado, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores.

- Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são lastreados em DI, cuja remuneração varia entre 100% e 120% do CDI;



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023

Em reais

- Os Fundos de Investimentos estão alocados em carteiras diversas com rendimentos prefixados e com lastros de IPCA.

Os rendimentos líquidos do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 24.610.868 (R\$ 21.124.702 em 2022), registrados nas contas de juros/rendimentos de aplicação e fundos, conforme demonstrado na nota nº 18.

### 6. Valores em cobrança

Descrição	2023			2022		
	Valores em cobrança	Provisão para perdas estimadas	Saldo líquido	Valores em cobrança	Provisão para perdas estimadas	Saldo líquido
Multa disciplinar	8.958.731	(8.958.731)	-	7.097.571	(7.097.571)	-
Anuidades						
2004 a 2017	139.765.978	(139.765.978)	-	138.068.602	(136.824.757)	1.243.845
2018	24.060.530	(22.857.503)	1.203.027	25.846.386	(21.969.428)	3.876.958
2019	26.440.535	(21.152.428)	5.288.107	29.422.430	(23.537.944)	5.884.486
2020	33.125.257	(21.531.417)	11.593.840	37.567.304	(26.297.113)	11.270.191
2021	36.835.597	(20.259.578)	16.576.019	44.074.888	(24.241.189)	19.833.699
2022	45.768.109	(20.595.649)	25.172.460	74.041.197	(14.808.239)	59.232.958
2023	63.900.572	(9.585.086)	54.315.486	-	-	-
Cartões de crédito	5.500.694	-	5.500.694	9.756.493	-	9.756.493
Jornal do advogado	-	-	-	44.609	-	44.609
Outros valores a receber	772.258	(772.258)	-	743.663	(743.663)	-
	<b>385.128.261</b>	<b>(265.478.628)</b>	<b>119.649.633</b>	<b>366.663.143</b>	<b>(255.519.904)</b>	<b>111.143.239</b>

Os esforços contínuos da administração na gestão de recuperação da inadimplência vêm se intensificando, ao passo que se observa o crescimento da expectativa quanto à importância esperada para arrecadação. A evolução tem ocorrido mediante ações programadas e de efetivações pontuais.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base em modelo de perda de crédito esperada, cujo montante é considerado suficiente para cobrir eventuais prejuízos nos valores a receber na anuidade. A movimentação está demonstrada abaixo:

Descrição	Movimentação
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(255.519.904)</b>
Adições – 2023	(9.585.086)
Adição/Reversão líquida de anos anteriores	(373.638)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(265.478.628)</b>

#### 6.1 Receitas antecipadas

As receitas antecipadas no montante de R\$ 10.425.312 (R\$ 12.633.727 em 31 de dezembro de 2022) são recebimentos de anuidades com vigência para o exercício de 2024, recebidas de forma antecipada no exercício de 2023.



**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

**7. Direito de uso de arrendamento**

Os arrendamentos nos quais a Entidade (como arrendatária) detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como direito de uso de arrendamentos, os quais são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato.

Durante o período de vigência contratual, os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como despesa financeira.

As taxas utilizadas nos cálculos dos contratos foram o IPC-FIPE de 9,74% a.a. e o IGPM-FGV de 17,79% a.a.

A Entidade possui contratos de locações da Secional e Subseções e, a seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos após a adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos:

**Movimentação do Direito de Uso:**

	<u>Valor – R\$</u>
<b>Adoção inicial (31 de dezembro de 2022)</b>	<b>22.215.531</b>
Novo carregamento	5.232.849
Depreciação do exercício	(14.596.332)
<b>Direito de uso, líquido em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>12.852.048</b>

**Movimentação do Passivo do Arrendamento:**

	<u>Valor – R\$</u>
<b>Adoção inicial (31 de dezembro de 2022)</b>	<b>(23.518.904)</b>
Novo carregamento	(5.232.849)
Pagamento – Principal	12.852.048
Pagamento – Juros	2.815.798
Provisão de juros	(2.895.520)
<b>Passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>(15.979.427)</b>
Passivo de arrendamento circulante	(12.852.048)
Passivo de arrendamento não circulante	(3.127.379)



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023

Em reais

### 8. Imobilizado

Descrição	Taxas (%) anuais de depreciação			2023	2022
		Custo corrigido	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos		29.027.021		29.027.021	28.804.152
Edifícios		129.077.100	(38.492.600)	90.584.500	94.498.343
Instalações	10	5.627.631	(4.648.740)	978.891	1.044.160
Móveis e utensílios	10	46.275.834	(28.315.202)	17.960.632	16.049.523
Veículos	20	245.736	(195.179)	50.557	92.096
Equipamentos de computação	20	31.967.083	(23.041.305)	8.925.778	7.798.163
Imobilizado em curso		21.687.565		21.687.565	12.241.839
		<b>263.907.970</b>	<b>(94.693.026)</b>	<b>169.214.944</b>	<b>160.528.276</b>

No exercício de 2016, a OAB SP promoveu tratativas de financiamentos destinados às construções e ampliações de outros 14 (quatorze) novos imóveis para abrigar sedes de subseções nas cidades de Aguaí, Guaratinguetá, Itápolis, Lençóis Paulista, Mairinque, Matão, Miracatu, Santa Fé do Sul, Santa Rita do Passa Quatro, São Pedro, São Sebastião da Gramma, Tatuí, Teodoro Sampaio e Itapetininga, tendo como objetos de garantia aprovados pelo Conselho Secional os imóveis localizados na Rua Maria Paula, nº 23, 29 e 35, esquina da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 258 e 264 – São Paulo, Capital, por meio de hipoteca, pelo valor de R\$ 4.742.960, vencida em 15 de abril de 2022.

Ainda no exercício de 2016, a OAB SP deu início à construção desses imóveis, sendo concluída em 2018.

Os registros da hipoteca, bem como sua respectiva baixa, constam devidamente averbados junto ao 4º Cartório de Registro de Imóveis em 4 de maio de 2017 e 28 de julho de 2023, respectivamente, nos termos do instrumento de Cédula de Crédito Bancário emitida pela Instituição Financeira.

Em continuidade à expansão de suas instalações, a OAB SP promoveu, no curso de 2018, novas obtenções de financiamentos com Capital de Giro no montante de R\$ 10.000.000, destinados às construções, ampliações e reformas de outros 31 (trinta e um) imóveis que abrigam as sedes de subseções, com vencimento em 2 de outubro de 2023.

No exercício de 2018, a OAB SP deu início à construção dos imóveis das Subseções de Pinheiros e Sorocaba. Em 2019, iniciaram-se as obras para as Subseções de Tupã/Bastos, Boituva, Carapicuíba, Guaíra, Ibiúna, Mauá, Monte Alto, Ourinhos, Patrocínio Paulista, Pompéia, Santa Bárbara d'Oeste, Sorocaba e Ubatuba. Já para 2020, teve início a ampliação do imóvel de Itapeva. As obras



**SÃO PAULO**

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
Seção de São Paulo

---

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

de Itapeva e Monte Alto continuam em andamento, com previsão de conclusão para 2024, sendo que as demais obras foram finalizadas e entregues entre 2021 e 2022.

Ainda, no exercício de 2021, a OAB SP deu início a novas construções, ampliações e reformas de imóveis para as Subseções de Araçatuba, Assis, Auriflamma, Bragança Paulista, Catanduva, Franca, Itaquaquecetuba, Jaguariúna, Jundiá, Nhandeara, Osasco, Pederneiras, Santa Cruz do Rio Pardo, Santo André, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Manuel, São Sebastião, Sertãozinho, Taquaritinga, Tatuí e Taubaté. Dessa relação, as obras de Assis, Bragança Paulista, Pederneiras, São José do Rio Preto, Sertãozinho, Tatuí e Taubaté foram concluídas em 2022, conforme cronograma. As obras de Auriflamma, Catanduva, Itaquaquecetuba, Nhandeara e Osasco estão em fase de entrega para início de 2024, ao passo que as demais têm expectativa de conclusão e entrega também no decorrer do exercício de 2024.

Ainda, na esteira da expansão de suas instalações, no exercício de 2023 foram iniciadas novas obras para as Subseções de Adamantina, Amparo, Araraquara, Artur Nogueira, Atibaia, Barretos, Bauru, Birigui, Caçapava, Capão Bonito, Conchas, Descalvado, Itatiba, Junqueirópolis, Morro Agudo, Pirapozinho, Registro, Rio Claro, Rosana, São Caetano do Sul e São Carlos, com previsão de conclusão para os exercícios de 2024/2025.

As movimentações do ativo imobilizado estão assim apresentadas:



**SÃO PAULO**  
**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
Seção de São Paulo

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

<b>2023</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo final</b>
Terrenos	28.804.152	222.869	-		29.027.021
Edifícios	128.348.100	729.000	-	-	129.077.100
Instalações	5.444.609	183.022	-		5.627.631
Móveis e utensílios	41.633.797	4.963.151	(321.114)		46.275.834
Veículos	245.736	-	-		245.736
Equipamentos de computação	28.352.884	3.933.334	(319.135)		31.967.083
Imobilizado em curso	12.241.839	9.445.726	-	-	21.687.565
<b>Custo</b>	<b>245.071.117</b>	<b>19.477.102</b>	<b>(640.249)</b>	<b>-</b>	<b>263.907.970</b>
Edifícios	(33.849.757)	(4.642.843)	-		(38.492.600)
Instalações	(4.400.449)	(248.291)	-		(4.648.740)
Móveis e utensílios	(25.584.274)	(3.026.147)	295.219		(28.315.202)
Veículos	(153.640)	(41.539)	-		(195.179)
Equipamentos de computação	(20.554.721)	(2.842.342)	355.759		(23.041.305)
Depreciação	(84.542.841)	(10.801.162)	650.977		(94.693.026)
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>160.528.276</b>	<b>8.675.940</b>	<b>10.728</b>	<b>-</b>	<b>169.214.944</b>
<b>2022</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo final</b>
Terrenos	28.710.152	380.000	(286.000)		28.804.152
Edifícios	121.276.545	146.872	(350.001)	7.274.684	128.348.100
Instalações	5.284.270	160.339	-		5.444.609
Móveis e utensílios	38.840.396	3.130.013	(336.612)		41.633.797
Veículos	245.736	-	-		245.736
Equipamentos de computação	25.599.899	3.012.997	(260.012)		28.352.884
Imobilizado em curso	14.819.325	5.884.629	(1.187.431)	(7.274.684)	12.241.839
<b>Custo</b>	<b>234.776.323</b>	<b>12.714.850</b>	<b>(2.420.056)</b>	<b>-</b>	<b>245.071.117</b>
Edifícios	(29.392.869)	(4.457.212)	325		(33.849.757)
Instalações	(4.112.405)	(288.044)	-		(4.400.449)
Móveis e utensílios	(23.123.241)	(2.798.566)	337.532		(25.584.274)
Veículos	(112.100)	(41.539)	-		(153.640)
Equipamentos de computação	(18.541.288)	(2.394.307)	380.873		(20.554.721)
Depreciação	(75.281.903)	(9.979.668)	718.730		(84.542.841)
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>159.494.420</b>	<b>2.735.182</b>	<b>(1.701.326)</b>	<b>-</b>	<b>160.528.276</b>

## 9. Intangível

<b>Descrição</b>	<b>Percentual de amortização anual</b>	<b>2023</b>				<b>2022</b>
		<b>Custo corrigido</b>	<b>Amortização</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>	
Direitos de uso de software	20	11.812.032	(10.216.973)	1.595.059	2.476.697	
Marcas e patentes		695		695	695	
		<b>11.812.727</b>	<b>(10.216.973)</b>	<b>1.595.754</b>	<b>2.477.392</b>	





SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

## Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023

Em reais

### 10. Empréstimos e financiamentos

Descrição	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	-	1.685.185
	<b>-</b>	<b>1.685.185</b>
Circulante	-	1.685.185

#### 10.1 Movimentação

Modalidade	Vencimento	Saldo inicial	Pagamentos	Juros		2023
				Provisionados	Pagos	Saldo final
Capital de giro (a)	out/23	1.296.296	(1.296.296)	97.470	(97.470)	-
Capital de giro (a)	jul/23	388.889	(388.889)	21.193	(21.193)	-
BNDES (b)	abr/22	-	-	-	-	-
		<b>1.685.185</b>	<b>(1.685.185)</b>	<b>118.663</b>	<b>(118.663)</b>	<b>-</b>

Modalidade	Vencimento	Saldo inicial	Pagamentos	Juros		2022
				Provisionados	Pagos	Saldo final
Capital de giro (a)	out/23	2.851.852	(1.685.185)	554.032	(424.403)	1.296.296
Capital de giro (a)	jul/23	1.055.555	(666.666)	110.268	(110.268)	388.889
BNDES (b)	abr/22	347.763	(231.545)	116.218	(232.436)	-
		<b>4.255.170</b>	<b>(2.583.396)</b>	<b>780.518</b>	<b>(767.107)</b>	<b>1.685.185</b>

#### 10.2 Garantias

- Com finalidade de manutenção da operação, os empréstimos captados para capital de giro têm como garantia aplicações financeiras em fundo de investimento, sendo quitado em 2023 (*vide* nota explicativa nº 5).
- Financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) captado por meio do Santander S.A., para projeto de realocação de algumas sedes de subseções da OAB SP, com o objetivo de equacionar a demanda atual de infraestrutura e atender a futuras necessidades de ampliação. Como garantias do empréstimo, foram concedidas as hipotecas do prédio e o respectivo terreno, situado na Rua Maria Paula, nº 23, 29 e 35, e durante o exercício de 2022, foi realizada a quitação referente ao financiamento em que foi realizada a baixa/cancelamento ao 4º Cartório de Registro de Imóveis da Capital e Instituição bancária (*vide* nota explicativa nº 8).



**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

**10.3 Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)**

A Entidade possui empréstimos e financiamentos bancários garantidos que contêm cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Entidade pague os empréstimos e financiamentos antes da data indicada na tabela anteriormente apresentada.

As cláusulas restritivas (*covenants*) constituídas nos instrumentos de empréstimos e financiamentos da Entidade são operacionais e não financeiras, das quais a administração entende que não houve descumprimentos ou violações, estando adimplente com todas as cláusulas estipuladas nos contratos. Os *covenants* estão atrelados aos empréstimos junto ao banco Santander e BNDES.

**11. Contribuições estatutárias**

Os valores correspondentes aos exercícios anteriores serão quitados à medida que forem sendo recebidos.

**11.1 Conselho Federal**

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Provisões referentes às cobranças</b>		
A receber com anuidades de 2017		124.384
A receber com anuidades de 2018	120.302	387.696
A receber com anuidades de 2019	528.811	588.449
A receber com anuidades de 2020	1.159.384	1.127.019
A receber com anuidades de 2021	1.657.602	1.983.370
A receber com anuidades de 2022	2.517.246	5.923.296
A receber com anuidades de 2023	5.431.549	
Do exercício de 2022		884.135
Do exercício de 2023	2.278.488	
	<b><u>13.693.382</u></b>	<b><u>11.018.349</u></b>

O saldo residual da contribuição devida do exercício de 2023, no montante de R\$ 2.278.488, foi quitado no início de 2024.



**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

**11.2 Caixa de assistência dos advogados de São Paulo – CAASP**

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Provisões referentes às cobranças</b>		
A receber com anuidades de 2017		248.769
A receber com anuidades de 2018	240.605	775.392
A receber com anuidades de 2019	1.057.621	1.176.897
A receber com anuidades de 2020	2.318.768	2.254.038
A receber com anuidades de 2021	3.315.204	3.966.740
A receber com anuidades de 2022	5.034.492	11.846.591
A receber com anuidades de 2023	10.863.097	
Do exercício de 2022		329.142
Do exercício de 2023	7.306.977	
	<u><b>30.136.764</b></u>	<u><b>20.597.569</b></u>

O saldo residual da contribuição devida do exercício de 2023, no montante de R\$ 7.306.977, foi quitado no início de 2024.

**11.3 Fundo cultural**

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Provisões referentes às cobranças</b>		
A receber com anuidades de 2017		37.315
A receber com anuidades de 2018	36.090	116.309
A receber com anuidades de 2019	158.643	176.534
A receber com anuidades de 2020	347.815	338.106
A receber com anuidades de 2021	497.281	595.011
A receber com anuidades de 2022	755.174	1.776.989
A receber com anuidades de 2023	1.629.465	
	<u><b>3.424.468</b></u>	<u><b>3.040.264</b></u>

**11.4 Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (FIDA)**

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Provisões referentes às cobranças</b>		
A receber com anuidades de 2017		24.877
A receber com anuidades de 2018	24.060	77.539
A receber com anuidades de 2019	105.762	117.690
A receber com anuidades de 2020	231.877	225.404
A receber com anuidades de 2021	331.520	396.674
A receber com anuidades de 2022	503.449	1.184.659
A receber com anuidades de 2023	1.086.310	
Do exercício de 2022		176.827
Do exercício de 2023	455.689	
	<u><b>2.738.667</b></u>	<u><b>2.203.670</b></u>



**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

O saldo residual da contribuição devida do exercício de 2023, no montante de R\$ 455.689, foi quitado no início de 2024.

**12. Retenções contratuais**

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
CAASP confissão de dívida 2002 e 2003	<u>32.547.936</u>	<u>41.126.065</u>
Circulante	2.400.000	4.163.161
Não circulante	30.147.936	36.962.904

A operação refere-se ao saldo da dívida junto à Caixa de Assistência dos Advogados, negociada mediante o Instrumento Particular de Consolidação, Novação e Confissão de Dívida, de 23 de setembro de 2003, com primeiro aditamento em 3 de julho de 2008, incorporando o saldo residual de 2003 no montante de R\$ 1.683.058, segundo aditivo de 25 de fevereiro de 2013, terceiro aditamento em 7 de fevereiro de 2018 e quarto aditivo em 30 de setembro de 2023, oriundo de contribuições estatutárias não repassadas nos anos de 2002 e 2003, corrigidos monetariamente e fixando o valor da confissão da dívida apurada até 31 de Dezembro de 2022.

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
<b>Contrato de confissão de dívida setembro/2003</b>	<b>34.672.177</b>
(+) Aditamento 2008	1.683.058
<b>(=) Dívida (Principal)</b>	<b>36.355.235</b>
(+) Atualização monetária de 2006 a 2022	32.445.388
(-) Pagamentos efetuados de 2006 a 2023	(36.252.687)
<b>(=) Saldo total atualizado</b>	<b>32.547.936</b>

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro 2022</b>	<b>41.126.065</b>
(+) Juros do exercício	-
(-) Pagamentos efetuados	(8.578.129)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2023</b>	<b>32.547.936</b>

Até 2022 os saldos foram atualizados com base no índice de variação do IPC-FIPE. Conforme pactuado no instrumento vigente, a partir de 2023 não incidirão mais correções.



**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

**13. Receitas – assistência financeira**

<b>Descrição</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Assistência Financeira - Conselho Federal	39.851.586	41.871.424
Circulante	2.019.838	2.019.838
Não circulante	37.831.748	39.851.586

Compreende receita oriunda de subvenção para a aquisição de bens depreciables, relativa às retenções de 30% dos valores dos repasses estatutários devidos ao Conselho Federal, que objetivam a constituição de um fundo destinado à formação de reserva financeira para as aquisições da nova sede para o Conselho Secional e seu respectivo auditório anexo, além de construções de novas sedes e modernizações para as Subseções de Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Barueri e Socorro.

Com as inaugurações da nova sede da OAB SP, em agosto de 2014, e o auditório anexo da sede institucional da OAB SP, em agosto de 2018, ambos localizados na Rua Maria Paula, nº 35, além das inaugurações particularizadas das Subseções, as assistências financeiras passaram a ser reconhecidas no resultado do exercício pelos valores das depreciações dos imóveis, de acordo com o pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

Em 2019, as Diretorias da OAB SP e o Conselho Federal promoveram o devido encontro de contas relativo às retenções das cotas estatutárias dos exercícios de 2016, 2017 e 2018, resultando no equacionamento dos saldos. Por decisão unânime, houve repasse pela OAB SP no valor de R\$ 11.074.537, ao passo que o Conselho Federal converteu 50%, compreendidos por R\$ 5.537.269, para investimentos em obras das Subseções do estado de São Paulo.

No resultado do exercício de 2023, foi reconhecida uma receita de R\$ 2.019.838 (R\$ 2.019.838 em 2022), decorrente da depreciação dos bens adquiridos para essas unidades.

O saldo a ser apropriado é composto da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Subvenção de 2008 a 2019	56.809.964	56.809.964
Depreciação de 2014 a 2023	(16.958.378)	(14.938.540)
<b>Saldo a apropriar</b>	<b>39.851.586</b>	<b>41.871.424</b>



**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

**14. Provisão para riscos processuais**

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Processos cíveis	3.573.467	5.251.030
Processos trabalhistas	2.782.486	3.463.145
Processos previdenciários	-	133.470
	<u>6.355.953</u>	<u>8.847.645</u>

As provisões são decorrentes de ações judiciais, cíveis, trabalhistas e tributárias e foram constituídas com base na opinião dos assessores jurídicos da OAB SP (risco provável) em montante considerado suficiente para absorver perdas decorrentes do desfecho dessas ações.

Existem outros processos avaliados pela administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$ 31.092.122, em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 30.672.372 em 2022), em processos cíveis, para os quais nenhuma provisão foi constituída.

**14.1 Movimentação da contingência**

<u>Descrição</u>	<u>Movimentação</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>8.847.645</b>
Pagamentos / Baixas	(6.249.303)
Adições	3.757.611
	<u>6.355.953</u>

**15. Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido é composto pelo superávit acumulado, conforme demonstrado no quadro das Mutações do Patrimônio Líquido.

No decorrer dos exercícios de 2004 a 2007, a OAB SP promoveu a reavaliação de imóveis da Entidade, representando aumento do seu Patrimônio Líquido. A realização dessa reserva de reavaliação, por sua depreciação correspondente, é assim representada:

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>			<u>2022</u>
	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Reserva 2004	3.298.420	(2.572.767)	725.653	857.590
Reserva 2005	837.797	(606.005)	231.792	265.304
Reserva 2007	31.973.277	(5.023.228)	26.950.049	27.204.511
	<u>36.109.494</u>	<u>(8.202.000)</u>	<u>27.907.494</u>	<u>28.327.405</u>



**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

**16. Receitas ordinárias**

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Anuidades pessoas físicas</b>	<b>329.970.755</b>	<b>324.824.259</b>
<b>Contribuições de pessoas jurídicas</b>	<b>467.946</b>	<b>956.493</b>
<b>Taxas e emolumentos</b>		
Carteiras brochuras de advogados	6.280.707	7.648.084
Cédula de identidade de advogados	2.483.996	2.880.017
Alteração de contrato social	3.267.035	3.155.140
Carteiras brochuras de estagiários	192.961	303.992
Cédula de identidade de estagiários	108.082	169.435
Averbação de contrato de advogados	865.677	806.277
Outras receitas	1.917.454	1.879.639
	<b>15.115.912</b>	<b>16.842.584</b>
<b>Inscrições</b>		
Inscrições de advogados	6.482.045	7.594.362
Inscrições de estagiários	255.875	320.512
Inscrições de sociedades	6.224.340	5.604.052
Inscrição suplementar de advogado	620.509	510.634
	<b>13.582.769</b>	<b>14.029.560</b>
<b>Multas e atualizações monetárias de anuidades</b>		
Multas de anuidades de advogados	1.192.672	1.438.310
Multas disciplinares	100.145	14.788
Multas de contribuições de sociedades	2.522	3.649
Atualização monetária de anuidade/contribuições	1.187.141	2.145.553
	<b>2.482.480</b>	<b>3.602.300</b>
<b>Trabalho Voluntário</b>		
Trabalho Voluntário - Diretoria	21.528.000	21.050.410
Trabalho Voluntário - Conselho	616.200	613.970
Trabalho Voluntário - TED	3.326.700	3.462.640
Trabalho Voluntário - Prerrogativa	6.865.418	3.592.991
Trabalho Voluntário - Comissões	68.435.782	81.357.254
Trabalho Voluntário - Cultural	89.792.182	79.533.939
	<b>190.564.282</b>	<b>189.611.204</b>
	<b>552.184.144</b>	<b>549.866.400</b>



**SÃO PAULO**  
**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
Seção de São Paulo

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

**17. Custo das receitas ordinárias**

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custo cobrança anuidades PF	(5.835.291)	(4.717.938)
Custo cobrança taxas e emolumentos	(3.660.417)	(3.608.408)
Custo trabalho voluntário	(190.564.282)	(189.611.204)
	<b>(200.059.990)</b>	<b>(197.937.550)</b>

**18. Receitas extraordinárias**

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Concursos</b>		
Inscrições de exame de ordem	9.882.466	8.881.434
	<b>9.882.466</b>	<b>8.881.434</b>
<b>Serviços</b>		
Copiadoras	521.024	594.653
Recebimento assistência médica – subseções	76.523.182	68.211.402
Cursos de curta duração	3.271.708	2.067.496
Cursos longa duração	539.678	646.841
Outras receitas	806.368	839.623
	<b>81.661.960</b>	<b>72.360.015</b>
<b>Diversas</b>		
Patrocínios/Doações	2.292.577	4.973.465
Anúncio no jornal da advocacia	5.817	5.080
Baile da advocacia	1.922.203	1.658.318
Aluguéis para eventos	578.976	403.623
Arrendamento	120.710	88.696
Receitas com impressões	387.303	304.513
Outras receitas	7.445.788	5.694.095
	<b>12.753.374</b>	<b>13.127.790</b>
<b>Financeiras</b>		
Juros sobre aplicações financeiras – CDB	13.527.708	10.667.237
Juros sobre anuidades do exercício	1.568.349	1.527.678
Juros sobre anuidades de exercícios anteriores	3.198.322	7.719.234
Rendimentos aplicações financeiras	2.440.314	1.412.267
Rendimentos fundos de investimentos	8.642.846	9.045.198
Outros	360.161	622.914
	<b>29.737.700</b>	<b>30.994.528</b>
	<b>134.035.500</b>	<b>125.363.767</b>





**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

**19. Custo das receitas extraordinárias**

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custo Copiadoras	(1.880.277)	(1.801.761)
Custo Assistência médica – subseções	(74.958.787)	(66.797.681)
Custo Jornal da Advocacia	(20.513)	(130.982)
Custo Exame de Ordem	(522.446)	(428.407)
Custo Baile da Advocacia	(2.614.973)	(2.108.440)
Custo ESA - Anuidade de Volta	(1.484.427)	-
	<u><b>(81.481.424)</b></u>	<u><b>(71.267.271)</b></u>

**20. Despesas com pessoal**

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Despesas com pessoal</b>		
Ordenados	53.339.062	48.148.391
Vale-refeição	30.385.583	27.054.170
Assistência médica	24.687.746	24.112.511
Prêmios e gratificações	3.335.130	3.091.832
Vale-transporte	2.939.377	2.891.736
Serviços temporários	52.735	73.800
Horas extras	1.304.760	691.854
Remuneração de estagiários	890.502	649.816
Aprendizes	668.438	885.707
Auxílio-creche	389.402	381.060
Outras despesas	837.198	1.095.424
	<u><b>118.829.933</b></u>	<u><b>109.076.301</b></u>
<b>Encargos sociais</b>		
INSS funcionários	14.843.329	13.787.871
Férias	7.348.151	7.206.105
FGTS	6.513.769	6.302.475
13º salário	5.276.457	5.023.892
Outras despesas	2.828.500	2.638.462
	<u><b>36.810.206</b></u>	<u><b>34.958.805</b></u>
	<u><b>155.640.139</b></u>	<u><b>144.035.106</b></u>



**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

**21. Despesas administrativas e gerais**

<b>Descrição</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Serviços de terceiros – pessoa jurídica <sup>1</sup>	60.003.011	40.484.453
Comunicação	6.339.738	6.482.238
Utilidades	7.826.475	6.624.130
Ocupações	4.019.092	3.547.325
Despesas com materiais	7.364.036	5.930.596
Serviços de terceiros – pessoa física	2.726.335	2.579.602
Depreciação	26.235.731	22.399.175
Despesas com viagens e locomoções	6.820.823	4.586.605
Despesas com alimentação	3.782.633	3.961.605
Outras despesas	322.069	206.259
	<b>125.439.943</b>	<b>96.801.988</b>

<sup>1</sup> No curso do exercício de 2023, houve um acréscimo de R\$ 19.518.559 (48,21%) com serviços terceirizados em relação ao período anterior, impulsionados principalmente por projetos das naturezas de Reformas e Melhorias de Imóveis (R\$ 6.653.619), Assessoria/Imprensa/Eventos (R\$ 5.059.575) e Manutenção de Sistemas (R\$ 3.211.588).

Também houve manutenção em projetos relacionados a limpeza, segurança, asseio e zeladoria (R\$ 2.241.798), cujo estudo teve como base empresas que atendam a todo o Estado, de modo a ampliar o alcance dessas prestações de serviços no âmbito das Subseções com menor onerosidade possível para a advocacia. A terceirização dos serviços de facilities vem ao encontro de medidas para equalização dos custos com folha de pagamentos, objetivando, dentre outras frentes, atender ao Provimento nº 185/18 pelo E. Conselho Federal.

**22. Superávit do exercício**

As movimentações das despesas do exercício de 2023 tiveram um acréscimo de R\$ 49.896.722 (20,22%) sobre o exercício de 2022, ao passo que as receitas líquidas do exercício de 2023 tiveram um acréscimo de R\$ 888.536 (0,32%) sobre o exercício de 2022. Contudo, tais cenários demonstram equalização das contas no período.

**23. Gerenciamento de riscos**

A administração é realizada por meio de estratégias operacionais, e o gerenciamento de instrumentos financeiros da Entidade visa liquidez, rentabilidade e segurança. De acordo com a natureza dos instrumentos



SÃO PAULO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

---

## **Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

financeiros, as operações podem envolver riscos conhecidos ou não, sempre de acordo com o melhor julgamento da Entidade na avaliação dos potenciais riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

O principal fator de risco da Entidade está ligado à liquidez. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade, que monitora continuamente a liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

### a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é efetuada pela administração, que monitora continuamente a liquidez, para assegurar que a Entidade tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento de metas internas e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

### b) Risco de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Para os contratos em empréstimos e financiamentos, a Entidade não tem pactuado contratos de derivativos para *hedge* ou *swap* contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de mitigar eventuais riscos de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## **24. A Diretoria**

A OAB SP é administrada por uma Diretoria composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretária-Geral, Secretária-Geral Adjunta e Tesoureiro, eleita na segunda quinzena do mês de novembro do último ano de mandato (triênio), juntamente com os membros do Conselho Secional de São Paulo, por cédula única e votação direta da advocacia regularmente inscrita. Os diretores não recebem nenhum tipo de remuneração no exercício de suas atividades pela Entidade.



**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

**25. Trabalho voluntário**

Em atendimento à Resolução CFC nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprova a NCB ITG 2022 – Entidades sem Finalidade de Lucros, o trabalho voluntário (trabalho recebido e não pago) deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço recebido, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Foram levantados os trabalhos junto às áreas correlatas, e a Entidade procedeu ao registro contábil conforme exigido.

A mensuração do trabalho voluntário foi efetuada com base nos valores praticados por profissionais, baseados na tabela de salários de advogados divulgada pelo Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo.

A avaliação do trabalho voluntário, levando em conta os critérios acima comentados, é demonstrada a seguir:

<b>Base para mensuração - 2023</b>	<b>Horas Ano</b>	<b>Valor Hora</b>	<b>2023</b>
Diretoria	728.640	29,55	21.528.000
Conselho	20.856	29,55	616.200
TED	112.596	29,55	3.326.700
Prerrogativa	232.368	29,55	6.865.418
Comissões	2.316.288	29,55	68.435.782
Cultural	3.039.120	29,55	89.792.182
			<b>190.564.282</b>

<b>Base para mensuração - 2022</b>	<b>Horas Ano</b>	<b>Valor Hora</b>	<b>2022</b>
Diretoria	728.640	28,89	21.050.410
Conselho	21.252	28,89	613.970
TED	119.856	28,89	3.462.640
Prerrogativa	124.368	28,89	3.592.991
Comissões	2.816.104	28,89	81.357.254
Cultural	2.752.992	28,89	79.533.939
			<b>189.611.204</b>

**26. Cobertura de seguros**

É política da administração manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, com base em informações de consultores especializados.



**SÃO PAULO**  
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
Seção de São Paulo

---

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023**

Em reais

**Maria Patrícia Vanzolini Figueiredo**  
Presidente

**Leonardo Sica**  
Vice-Presidente

**Daniela Marchi Magalhães**  
Secretária – Geral

**Dione Almeida Santos**  
Secretária – Geral Adjunta

**Alexandre de Sá Domingues**  
Tesoureiro

**Rodrigo Colombani Bianchin**  
Contador CRC01SP290.872/O-5